

## Declaração de Voto

Numa óptica puramente fiscal, a questão do IMI familiar só faz sentido tendo em conta o peso que o imposto tem nas famílias mais numerosas, sendo certo que essa questão seria por si só mitigada se houvesse razoabilidade na carga fiscal, algo que, me parece, não tem havido. Ora, ainda que sejamos sensíveis à escassez de rendimento das famílias, a pergunta que naturalmente nos oferece fazer é: qual o impacto que a medida teria no nosso concelho se implementada nos moldes ora propostos? O que serviu de base à definição do montante fixo a deduzir por cada filho? Foram feitas contas? Se sim, a quem aproveitaria e em que medida?

Agora, e focando a questão que julgo central, o problema reside na motivação da medida: a natalidade. Quanto a nós a proposta parte de um premissa errada, a saber, a de que é necessário incentivar a natalidade. E é errada porque mistura demografia com natalidade.

É manifesto que Portugal terá, a médio prazo, problemas demográficos se nada fizer para inverter o rumo. (Só uma nota à parte para dizer que mesmo a ideia de que Portugal tem vindo a perder pessoas é, à falta de dados mais actuais, falso. Segundo os últimos censos de 2001 e 2011, Portugal passou a ter mais de duzentas mil pessoas em dez anos. Ou seja, contrariamente à ideia muitas vezes difundida, continuou a haver crescimento da população, simplesmente esse crescimento foi menor do que o verificado na década anterior: passou de cinco para dois por cento, o que se traduz num abrandamento, mas ainda assim num crescimento.)

No PAN nós olhamos para a questão demográfica numa perspectiva global e não numa exclusivamente nacional e é justamente tendo por base aquela perspectiva que somos levados a concluir que não precisamos de medidas promotoras de natalidade, antes de políticas demográficas eficazes. A premissa de que devíamos partir é: nós não temos falta de pessoas, o que temos é uma má distribuição das mesmas. Basta ver que somos actualmente, à escala

planetária, 7 mil milhões e até 2050 as estimativas sugerem que seremos perto de 11 mil milhões, o que só adensa as dúvidas, quanto a nós fundadas, sobre a nossa capacidade para fazer face a possíveis rupturas, em especial de recursos. Se, a consumir como fazemos, um planeta já não chega para nós, o que acontecerá em 2050 com mais quase 4 mil milhões de pessoas?

O próprio Primeiro-Ministro, o Dr. António Costa, já admitiu que o problema não se resolve apenas com natalidade, reconhecendo, e cito *“Precisamos de imigração e, por isso, esse paradigma tem que ser dito com toda a clareza: precisamos de atrair talento para viver em Portugal”*.

Em suma, o nosso voto vai no sentido da rejeição da presente Recomendação, por entendermos que padece de fundamentação sobre o impacto que terá nas famílias e nas contas da Câmara e porque discordamos do fim último que a mesma visa, o de promoção da Natalidade. Em ambos os casos cremos que existem outras formas, inclusivamente fiscais, de proteger as famílias.

Setúbal, 26 de junho de 2020

Suzel Costa